

Estudos filológicos e estudos medievais: interfaces e interlocuções

Textual studies and medieval studies: interfaces and interlocutions

Risonete Batista de Souza *
Universidade Federal da Bahia,
Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: Neste texto, discutiremos as relações entre os estudos filológicos e os estudos medievais, no Brasil, tomando como exemplo as pesquisas realizadas na Bahia e, sobretudo, na UFBA, no âmbito da filologia, compreendida como ciência basilar para as pesquisas sobre a língua, a cultura e a história da sociedade, realizadas a partir dos textos e da documentação remanescente. A perspectiva de pesquisa filológica aqui defendida é a da Filologia renovada e comprometida com a investigação da língua, da literatura e da cultura da sociedade como um todo, sem fazer opções ideologicamente comprometidas com os grupos sociais detentores do poder. Ao se debruçar sobre o espólio textual e documental da sociedade brasileira, desde os seus primórdios, o filólogo precisará conhecer as bases das culturas que formaram nosso povo, dentre as quais, a cultura medieval europeia, cujas instituições, valores e ideologias foram transplantadas para a colônia. A Idade Média aqui é tomada no sentido da longa duração, ou seja, interessa-nos as permanências das estruturas econômicas e mentais que forjaram a sociedade europeia cristã, românica, e que serviu de base para a colonização do Brasil e da América.

Palavras-chave: Idade Média. Filologia. Edição de textos.

Abstract: In this text, it will be discussed the relationship between textual studies and medieval studies in Brazil, taking as an example the research carried out in Bahia and, above all, at UFBA, in the scope of textual studies, understood as a basic science for research on language, culture and history of society, based on remaining texts and documentation. The perspective of textual studies research that is defended here is the renewed textual study, committed to the investigation of the language, literature and culture of society as a whole, without making ideologically committed options with the social groups in power. When poring over the textual and documentary heritage of Brazilian society, since its beginnings, the textual scholar will need to know the bases of the cultures that formed our people, among which, the European medieval culture, whose institutions, values and ideologies were transplanted to the colony. The Middle Ages here are taken in the sense of long duration, that is, we are interested in the permanence of the economic and mental structures that forged the Christian and Romanesque European society, and which served as the basis for the colonization of Brazil and America.

Keywords: Middle Ages. Philology. Text editing.

* Doutora em Letras e Linguística e professora titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: risonete.bsouza@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nos fins do século XIX e princípio do XX, quando as ciências foram aos poucos delineando seus campos de atuação, assistiu-se, paulatinamente, ao esvaziamento do campo de estudos filológicos, que antes englobava os estudos da língua, dos textos, sobretudo os literários. Em lugar do filólogo, assim denominado por reunir uma gama de erudição¹, surgiram os especialistas: os linguistas, os historiadores, os críticos e os teóricos da literatura, que por sua vez se subdividem em outras especialidades concorrentes.

Há uma extensa bibliografia que discute o papel ou papéis do filólogo na modernidade, mas grosso modo, sua área de atuação restringe-se ao estudo do texto e suas tarefas principais são editar, comentar, publicar, inseri-lo na história da cultura de um povo, ou seja, trazer a público um texto que jazia nos arquivos, esquecido ou rejeitado por razões as mais diversas, compreender e explicitar os processos de criação (quando possível), as escolhas editoriais, os cortes e alterações sofridas ao longo de sua história. Com o desenvolvimento da Linguística e dos Estudos Literários, alguns acreditam que sua a função do filólogo hoje em dia deva se restringir à de editor, não lhe cabendo a tarefa de analisar o texto que edita, entretanto, ninguém conhece melhor um texto do que quem pesquisou a sua história², portanto, é prerrogativa do editor a tarefa de analisá-lo, nas suas características linguísticas, discursivas, literárias, sociais, culturais etc.

Curiosamente, este retorno aos primórdios do labor filológico é responsável por abrir novos campos, novas perspectivas de diálogos com outras áreas de saber, sobretudo na contemporaneidade, que notadamente se caracteriza por ser transdisciplinar, múltipla e inquieta. E é justamente esse mal-estar de quem questiona qual o seu lugar, esse sair da zona de conforto das fronteiras bem delimitadas, que contribui para o enriquecimento do debate epistemológico. Sabe-se que a ciência avança a passos mais largos quando questionamos, confrontamos o mestre, expomos as certezas, buscamos novas respostas para questões supostamente há muito respondidas.

O propósito deste texto é discutir a relação entre os Estudos Filológicos e os Estudos Medievais, contextualizando essa relação no ambiente acadêmico nacional, e mais precisamente na Bahia e no ambiente acadêmico da UFBA, que nos oferece exemplos satisfatórios da pesquisa acadêmica nestas duas áreas dialoga. Entendemos que se trata de um desafio, porque implica em entender como um período que, a princípio nos é externo, a Idade Média, influenciou a formação da nossa sociedade, e de como a Filologia, essa ciência tão antiga e tão múltipla, pode contribuir com seus métodos para a realização das investigações.

Desde o corte estruturalista e a constituição das ciências modernas, tem-se assistido a um crescente interesse pelo contemporâneo, pelo hoje e o agora. O estudo dos temas referentes ao passado mais distante ou mesmo os estudos diacrônicos têm perdido fôlego, o que repercute nos currículos dos cursos de Letras. No Brasil, atualmente, poucos centros acadêmicos possuem grupos de pesquisa consistentes em estudos diacrônicos, seja da língua, da literatura ou da cultura. Temos menos interesse pelos estudos diacrônicos, históricos, antropológicos, arqueológico,

¹ Filólogo deriva de Filologia, palavra grega composta por dois radicais *Philo* 'amigo', e *Logia* 'saber'. O dicionário Houaiss propõe a seguinte explicação etimológica: "etim lat. *philologia,ae* "amor às letras, instrução, erudição, literatura, palavrório", do gr. *philologia,as* "necessidade de falar, conversação", talvez pelo fr. *philologie* (sXIV)." (HOUAISS, 2001).

² A etapa de pesquisa e coleta do material existente sobre uma obra manuscrita ou impressa é denominada de *recensio*, para usar a denominação latina. A *recensio* consiste na pesquisa sobre as fontes e obras que constituem na tradição direta (manuscritos ou edições da obra) ou indireta (fontes, traduções, citações, comentários, glosas, paráfrases, alusões, imitações etc.). (SPINA, 1977, p. 88-90)

enfim, pelas áreas de conhecimento que têm como objeto de estudo o passado um pouco mais dilatado. Somente os professores de clássicas e alguns filólogos persistem na tarefa de investigar autores, textos e línguas que caíram em desuso ou se transformaram consideravelmente.

A priori, um texto escrito na Idade Média portuguesa, espanhola ou francesa não deveria nos interessar, pois nada teria a acrescentar às nossas necessidades cotidianas, nem responder aos nossos anseios mais imediatos. E nessa crença, vamos reinventando a roda diariamente, nos deparando com os novos problemas que, se refletirmos bem, não são novos como pensamos. Mas a nossa ignorância do passado oblitera a percepção do presente.

Sabemos que os estudos medievais no Brasil são relativamente recentes e embora tenham ganhado adeptos ao longo das últimas décadas, ainda são pontuais, quase inteiramente restritos ao sudeste e ao sul do país. Veja-se o exemplo da Associação Brasileira de Estudos Medievais, a ABREM, criada em 1996, teve um período de impulso, mas tem passado por uma crise nos últimos anos. Cite-se, ainda, a dificuldade de financiamento de pesquisas nessa área.

Dentre os poucos que se interessem pelos textos do passado, pelos nossos acervos documentais do Brasil colonial, pelas primeiras gramáticas em língua portuguesa, por uma poesia trovadoresca, uma hagiografia ou um tratado de prosa doutrinal quatrocentista, a questão a ser levantada é da possibilidade de se penetrar nas obras do passado sem cometer o pecado do anacronismo.

Por outro lado, a Filologia no Brasil historicamente debruçou-se sobre a língua, a literatura e a cultura das classes dominantes. No que concerne à edição de textos, que definimos como a mais relevante atividade do filólogo, temos uma série de trabalhos que traçam a história dessa ciência em nosso país. Veja-se o exemplo do trabalho da professora Célia Telles (1998), que nos apresenta um panorama bastante satisfatório dessa história, propondo quatro períodos para a crítica textual no Brasil³. Entretanto, esse panorama reflete, exclusivamente, o comprometimento da Filologia com os textos literários canônicos.

2 OS ESTUDOS FILOLÓGICOS

A Filologia é o conjunto de atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo Filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas. Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica até hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos. (AUERBACH, 1995, p. 11)

O texto acima reproduz o parágrafo que abre a primeira parte do livro *Introduction aux Etudes de Philologie Romane*, do filólogo alemão Eric Auerbach, escrito em 1943, quando encontrava-se exilado na Turquia. Auerbach expressa em sua definição de Filologia uma concepção

³No primeiro período, a atividade filológica foi desenvolvida por eruditos sem formação específica na área de Letras, o segundo se caracteriza pela migração da atividade editorial para os quadros das Faculdades de Filosofia, recém criadas no Brasil, o terceiro dá ênfase à crítica textual moderna, com a edição de obras de autores nacionais canônicos e, por último, o período em que se registra a proliferação de trabalhos de edição, nos diversos centros universitários nacionais, os quais descortinam outras possibilidades e o trabalho de edição vai além do texto publicado, estuda-se a gênese do texto (edições genéticas e crítico-genéticas), sua circulação, sua recepção, sua inserção na sociedade. (TELLES, 1998).

amplamente aceita, que põe em relevo algumas ideias centrais: a Filologia estuda a língua (linguagem humana) e a literatura escrita e canônica (obras de arte escritas nessa linguagem), o campo de atuação da Filologia é amplo tal como o é seu objeto de estudo, mas dentre as atividades do filólogo, a edição crítica de textos é a mais nobre e a mais autêntica. Por fim, ele reforça sua ideia argumentando que ela é aceita por muitos os eruditos.

Embora esse conceito ainda seja defendido por muitos estudiosos, mais recentemente, a Filologia tem se beneficiado com a diluição das barreiras erguidas pelo positivismo do século XIX e início do XX entre as áreas de conhecimento e retomado seu espaço entre as ciências modernas. Historicamente sabemos, como nos lembra Auerbach, que a Filologia, em sentido amplo, tem como objeto de estudo os textos enquanto documentos da língua, da literatura e da cultura de uma dada sociedade. Portanto, o filólogo sempre atuou na interface entre várias áreas de conhecimento, entretanto, o objetivo principal de seu labor é a edição de textos, quer seja com o propósito de restituir à sua forma fidedigna, o mais próximo possível do original, à última vontade do autor, numa perspectiva mais tradicional, quer para explicitar o processo de produção, circulação e recepção, enfim entendê-lo como produto de uma dada sociedade e, como tal, representativo de seus usos linguísticos, seus modelos literários, seus valores culturais. E neste sentido, não se busca um texto, mas a própria tradição cultural de uma sociedade é o foco da edição.

A partir do primeiro quarto do século XX, a Filologia se beneficiará da virada das ciências humanas e sociais na direção das culturas minoritárias, das classes sociais marginalizadas, ou seja, adotará uma perspectiva em que o cânone e a cultura da elite perdem a centralidade. Essa virada é essencialmente ideológica, repercute em todas as áreas de conhecimento e assenta na propagação das novas teorias sociológicas, antropológicas, etnográficas, psicanalistas, marxistas e estéticas, que desencadearam revisões epistemológicas no desenrolar do século XX e princípio do XXI. Na área da historiografia, surgiu a história das mentalidades e, posteriormente, a nova história, que se debruçam sobre as estruturas materiais e mentais da sociedade, atentado para as permanências, os acontecimentos repetidos ou esperados, a longa duração (LE GOFF, 1993, p. 315). A Sociologia, a Antropologia, a Etnologia, a História Cultural ganham relevo e as teorias são entrecruzadas para refletir sobre o comportamento humano, sobretudo, no plano social, na busca de descrever e analisar os valores de grupos particulares, locais, em períodos determinados, na direção da redescoberta⁴ da cultura popular (BURKE, 2008, p. 29).

Neste ambiente epistemológico, a Filologia se renova e se dispõe a dessacralizar seus conceitos de língua, de cultura e de conhecimento. Como assevera Santos

A filologia, entendida como ciência do texto, estuda o próprio texto e, nele a língua, ambos como manifestações culturais de dada civilização em determinado lugar e contexto sócio-histórico. Língua e literatura instauram relações de poder, ao tempo em que a partir delas constroem-se identidades características dos sujeitos envolvidos em tais relações, língua e dialetos, padrões e variedades linguísticas, literatura canônica e literatura marginal. (2015, p. 55)

⁴ Usamos o termo “redescoberta” em referência ao fato de que a cultura popular foi objeto de atenção em outro momento, a exemplo da primeira fase do romantismo, que se volta para as línguas vernáculas, as narrativas orais, a cultura folclórica. O interesse pela Idade Média surge no Ocidente em consequência desta valorização do passado no qual se formaram os estados modernos. Mas na Idade Média também houve uma aproximação entre a cultura erudita e a popular, a partir do século XI, quando a sociedade de cavaleiros apropriou-se dos elementos da cultura folclórica, para desse modo fazer frente à cultura clerical dominante até então. Este movimento foi denominado por Le Goff de reação folclórica. (LE GOFF, 1993, p. 216)

Depreende-se do exposto que a Filologia trabalha na interface de três patrimônios imateriais centrais de uma dada comunidade, plurais e indissociáveis: a(s) língua(s), a(s) literatura(s) e a(s) cultura(s).

A língua, objeto de estudo da Linguística, é também objeto de estudo do filólogo, porque não é possível abordar um texto sem o domínio da língua em que foi criado. Desse modo, o filólogo precisa se valer dos conceitos da Linguística, ou mais precisamente das linguísticas, no plural, porque esta área de conhecimento é multifacetada. Evidentemente que o diálogo mais comum se faz entre a Filologia Textual e a Linguística Histórica, pois o acesso aos estados de língua do passado se dá, exclusivamente, através dos textos produzidos nestas épocas, que deverão ser editados de acordo com o rigoroso método filológico. Por outro lado, os textos disponibilizados pelos filólogos constituem os *corpora* para os estudos linguísticos em sua diversidade: sintáticos, morfológicos, fonéticos/fonológicos, lexical, semânticos, discursivos etc.

A Filologia Textual em sua relação com a literatura vai além da busca por restituir os textos a um estado o mais próximo possível da vontade do autor, mas a partir do estabelecimento do percurso da obra, busca-se entender os processos de produção, criação e de circulação da mesma, bem como identificar os padrões estéticos e ideológicos em que foi forjada. Nesta perspectiva, cada testemunho ganha relevância⁵. A literatura é uma das mais autênticas expressões dos valores, crenças e visão de mundo de um povo ou de um grupo social, portanto, o filólogo precisa entender o texto como um produto da cultura do grupo que a produziu, recebeu e fez circular ou mesmo a censurou ou proibiu. Neste sentido os Estudos Filológicos aproximam-se, no final do século XX, dos estudos culturais, pois suas pesquisas, como as dessa área, convergem para as relações entre cultura, história e sociedade. A rigor, a Filologia sempre atuou numa linha de interdisciplinaridade, antes mesmo que o termo fosse criado, mas o que muda agora é a maior abrangência do que entende por cultura, literatura e língua. Não se trata mais de um conceito elitista, mas inclui ou elege as manifestações culturais, as obras e as línguas dos grupos populares, minoritários e marginalizados, antes alijados do escopo da investigação filológica ou mesmo das ciências humanas, ou ainda estudados em um viés preconceituoso.

A Filologia alinhada à nova episteme preconiza que o entendimento dos textos depende, necessariamente, de responder às questões: quem escreveu, por que escreveu, para quem escreveu, como circulou ou deixou de circular, de que maneira foi recebido, como repercutiu (ou não) na sociedade? Enfim, é preciso investigar a sociologia dos textos, entender seu papel na cultura que o produziu.

3 OS ESTUDOS MEDIEVAIS

“O mundo medieval nasceu sobre as ruínas do mundo romano.” (LE GOFF, 1995, p. 27)

O período histórico denominado Idade Média tem sido delimitado entre os séculos V e XV da era cristã, ou seja, aproximadamente um milênio, o que o torna um período bastante longo, que supera o do Império Romano Ocidental, sobre o qual foi forjado. Ressalte-se que a referência

⁵ O método lachmanniano, que busca o texto original ou o mais próximo da vontade do autor é confrontado por Joseph Bédier, que propõe a edição do melhor manuscrito (*bon manuscrit*), do qual se interfere minimamente para consertar os erros pontuais. (SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p. 48-49).

ao nascimento de Cristo como início de uma era histórica diz muito sobre a centralidade dessa religião no cotidiano das sociedades ocidentais. Sabe-se que um período histórico não tem início e fim em datas precisas, de sorte que estas referências servem de marco didático, na perspectiva de uma historiografia tradicional. A Idade Média é um conceito europeu e posterior ao período assim nomeado.

A expressão Idade Média nasce no século XVI, no seio do Renascimento (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11)⁶, que por sua vez pretendia exaltar a retomada de uma civilização anterior, que se expressava em língua latina dita clássica e tinha como modelo a estética artística greco-romana, em contraposição ao período dito medieval, no qual predominou o chamado latim “bárbaro”. Inicialmente, o termo “bárbaro” designa o não civilizado, no sentido de não pertencente ao império, o não romanizado, depois passa a caracterizar a cultura dos habitantes das ruínas do império ocidental. A expressão artística e cultural desses povos “incivilizados”, receberá a designação de “gótica”⁷. Essa visão pejorativa sobre o medievo atravessou os séculos e veio até os nossos dias.

A exceção dessa percepção negativa ocorre no Romantismo, que procurou retratar a Idade Média como a uma época áurea, na qual surgiram as nações modernas, e na qual predominavam valores como “fé, autoridade e tradição” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 12-13), período em que surgem os heróis nacionais, fundadores dos estados modernos. Portanto, o olhar sobre o medievo tem sido mediado por valores e ideologias que lhes são estranhas e, quer na visão negativista dos renascentistas e iluministas, quer na lenda dourada romântica⁸, a Idade Média continua incompreendida.

No século XX a historiografia medievalística trouxe novas perspectivas de investigação, partindo das fontes medievais e nelas buscando perscrutar os valores e visões de mundo, a partir dos documentos produzidos pelos homens que viveram efetivamente na época que denominamos de Idade Média. Trata-se da História das Mentalidades iniciada com a fundação da *École des Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, a qual caracteriza-se por valorizar as mentalidades, além da história econômica e política⁹. As pesquisas historiográficas sob essa nova

⁶ Hilário Franco Júnior, na introdução de sua obra *Idade Média: nascimento do Ocidente*, expõe de maneira sucinta as principais visões sobre a Idade Média, desde a percepção pejorativa dos renascentistas e iluministas, que a denominavam de *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*, que elencam qualidades negativas do período, como barbárie, ignorância e superstição, ao resgate do período empreendido pelos românticos, da primeira metade do século XIX, os quais, na busca da suposta identidade nacional, exaltam qualidades como a fé, autoridade e tradição como expressões do medievo. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11-18).

⁷ O adjetivo “gótica”, usado para designar a arte medieval, é sinônimo de “bárbara” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 11).

⁸ É nesse sentido idealizado que a cultura de massa explora a Idade Média. Desde o século XX a indústria cultural tem explorado temas “medievais” na literatura, no cinema, na música, nos games etc. José Rivair de Macedo propõe que analisemos esse fenômeno de produção cultural no âmbito do que denomina de “medievalidade”, ou seja, uma visão em que a Idade Média aparece como uma referência fugidia e estereotipada. (MACEDO; MONGELLI, 2009, p. 16).

⁹ A obra clássica de Marc Bloch é *A sociedade feudal*, cuja leitura é imprescindível para os estudiosos da Idade Média. Trata-se de obra inovadora, profunda, que abarca desde a cultura material até as mentalidades. A vasta bibliografia apresentada e as notas no final dos capítulos são reveladoras do grandioso esforço de interpretação dos resultados de estudos precedentes e de um grande número de fontes, que o autor analisa de maneira didática e em linguagem objetiva e fluente. Seu objetivo é analisar e explicar a estrutura social

perspectiva epistemológica põe em destaque as estruturas da vida material, biológica e mental das sociedades estudadas, e apoia-se nos resultados das pesquisas das ciências auxiliares da história, sobretudo na arqueologia da cultura material, na antropologia e na etnologia.

Nesta perspectiva surge uma Idade Média das profundidades, em que o historiador perscruta e reinterpreta o tempo histórico, atentando para o ritmo da mudança. Unindo a ideia de tempo da história definido por Bloch “como uma massa folhada de tempos superpostos, mais ou menos sincrônicos”, com o conceito de longa duração de Fernand Braudel, que é o “tempo de mudança lentíssimo das profundezas das sociedades históricas, tanto em sua evolução econômica como em sua evolução mental” (LE GOFF, 2008, p. 11), o historiador francês Jacques Le Goff propõe uma longa Idade Média, que se estende para além do século XVI, até o advento das revoluções Francesa e industrial (LE GOFF, 2008, p. 29).

Essa será a perspectiva a ser adotada em nossa reflexão, a de uma Idade Média longa, multifacetada, cujas estruturas econômicas e mentais se estendem além do século XVI e, portanto, cruzam o Atlântico nas naus e caravelas dos navegadores e são transplantadas para o novo mundo. Mas quais seriam essas estruturas econômicas e mentais que perduram nesta longa Idade Média?

Do ponto de vista econômico, a Idade Média caracteriza-se por uma economia de base rural, predominantemente de subsistência. A ruralização decorrente da crise do Império Romano é o fato econômico, demográfico e social que modela a face da sociedade medieval e representa a vitória das forças centrífugas sobre as centrípetas (LE GOFF, 1995, p. 49). Segundo Le Goff (1995), o processo de isolamento regional teve início a partir do séc. III, primeiro com a separação entre Oriente e Ocidente e, depois, com o isolamento crescente entre as diversas províncias, o que resultou no declínio do comércio, na escassez da moeda, no definhamento das cidades e na fuga para o campo em busca de garantia de subsistência. A ruína do Império acelera o declínio do comércio, resulta na desativação da rede de estradas romanas, o que contribui para acentuar o isolamento das comunidades, regiões e antigas províncias. A fragmentação política e econômica, e a insegurança que se instaura com as invasões, propicia o empoderamento dos mandatários locais, o homem daquele tempo, inseguro e desamparado pelo Estado, buscava a proteção dos poderosos mais próximos, criando-se, assim, os laços de dependência característicos do regime feudal.

A partir do século XI, a Cristandade ganha novo fôlego após o cessar das últimas invasões, retoma o crescimento econômico e populacional, modifica-se a estrutura social, o feudalismo, em estágio embrionário no período carolíngio, afirma-se, para no século XIV entrar novamente em crise. Esta é a crise fatal, que resulta na instauração de uma nova estrutura social, a do Renascimento. Ela será a desencadeadora do esforço dos europeus de alargar fronteiras e buscar outros espaços para explorar, a fim de superar os problemas econômicos, o que resulta nas navegações e na colonização dos outros continentes.

Na Idade Média os homens viviam à beira do limite, o mundo estava em equilíbrio marginal, rodeado pela fome real ou por sua ameaça. A produção era escassa, os senhores apoderavam-se dos excedentes dos camponeses e dissipavam-nos em ostentações, luxos, doações e esmolas. Era uma sociedade de perdulários. Dessa escassez resulta a miséria fisiológica, as doenças endêmicas, as epidemias e reforça o sentimento de insegurança. Mesmo após o florescimento das cidades, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, e da retomada paulatina do comércio, havia uma grande dependência do campo. Para nascer, as cidades tiveram necessidade

da época feudal, cronologicamente delimitada entre os meados do século IX até os primeiros decênios do século XIII, aproximadamente, no espaço geográfico da Europa do oeste e central. (BLOCH, 1998).

de um meio rural favorável, em seu entorno alastravam-se os desbravamentos de terra, derrubada de florestas, drenagem de pântanos, existia, portanto, uma relação de interdependência entre os dois ambientes rural e citadino. A economia urbana limitava-se à satisfação das necessidades locais (LE GOFF, 1995, p. 106-107).

Os séculos XIV e XV vão assistir ao processo de formação dos Estados Modernos, configurados a partir da centralização do poder régio, primeiro, na Inglaterra e na França, e, na sequência, em Castela e Portugal, na Península Ibérica. São justamente esses primeiros estados fortes que se lançarão ao oceano em busca de estabelecer novas rotas comerciais e desenvolver empresas coloniais. O comércio ultramarino e as empresas colonizadoras europeias na África, América e Ásia se constituem em uma nova expansão da Cristandade¹⁰. É nesse cenário que surge o Brasil que, desde os primeiros tempos, cumpriu seu destino de reserva extrativista, de produtor agrícola e pecuário e, somente após os anos 30 do século XX, iniciou uma modesta e concentrada revolução industrial.

Do ponto de vista das mentalidades, o medievo também se apresenta como um período multifacetado. Como destaca Le Goff

É bem sabido que há em cada civilização diferentes camadas de cultura – por um lado, segundo categorias sociais; por outro, segundo os contributos históricos. Simultaneamente com esta estratificação das várias combinações, encontramos associações e misturas que são, também, sínteses novas. (LE GOFF, 1995, p. 149)

A sociedade medieval sintetizou duas heranças culturais importantes: a pagã e a cristã. Essa síntese, no entanto, não prescindiu de boa dose de conflito, travado em vários campos culturais, como a filosofia, a teologia, a literatura e as artes em geral, perceptível nas produções das classes dominantes, mas também nas manifestações culturais populares.

Uma das características centrais da sociedade medieval é a religiosidade. O homem medieval é cristão, seu calendário toma como base o nascimento de Cristo, o tempo é medido na sucessão dos ritos eclesiais: a Natividade, a Paixão, a Ressureição (Páscoa), as festas dos santos. O cristão definia o resto da humanidade a partir da Cristandade. O “outro” era o cismático, isto é, o Bizantino, o pagão, ou seja, o não batizado, e o infiel, o muçulmano. Debatia-se entre combatê-lo ou convertê-lo. Céu e Terra estavam inextricavelmente ligados, por conseguinte, o homem vivia preso na rede do sobrenatural, duplamente vigiado pelos anjos e por Satã, disputado por Deus e pelo Diabo, tinha poucas chances de salvar-se. O medo da danação era um dos sentimentos mais fortes, mais angustiantes. Esses dilemas não estão de todo superados, a cultura ocidental continua ancorada fortemente na herança do dualismo maniqueísta amplamente aceita pelo cristianismo.

Por último, embora a cultura escrita nunca tivesse deixado de existir na Idade Média, aquele foi um período de predominância da oralidade. Mesmo a cultura erudita pressupunha certo espaço para o oral, quer na cultura clerical, com seus ritos e rituais, quer na laica, que se desenvolveu, sobretudo, a partir do século XII, e que produziu uma gama de obras literárias, dentre as quais se destacam cantigas trovadorescas, os romances de cavalaria, a literatura épica, as gestas etc. Como destaca Zumthor (2001), era uma literatura performática, teatral, escrita para ser

¹⁰ A primeira expansão foram as cruzadas contra o infiel, configuradas na tentativa de conquista dos lugares sagrados da Terra Santa e na reconquista da Península Ibérica. O termo reconquista expressa essa ideia de que a Cristandade é herdeira do Império Romano, em cujo centro, então, dominava o Papa, representante de Cristo na terra.

recitada, encenada. Jograis, trovadores, mas também os mestres e os pregadores recitavam seus textos diante do público, texto, gesto e performance eram indissociáveis.

Ao lado desta cultura erudita, restrita a uma pequena parcela da sociedade, existia a cultura popular, laica ou folclórica, multifacetada, que Franco Júnior (2001) prefere denominar de vulgar e assim a caracteriza:

A cultura vulgar era oral, transmitida informalmente (nas casas, ruas, praças, tavernas etc.) por meio de idiomas e dialetos vernáculos. Espontaneamente elaborada, ela expressava a mentalidade de forma mais direta, com menos intermediações, com menos regras preestabelecidas. Ideologicamente, ela se inclinava a recusar os valores e práticas oficiais. Ainda que muito presa às suas próprias tradições – que a Igreja tendia a tachar de superstições –, a cultura vulgar não estava fechada a outras influências. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 103)

Embora as culturas eruditas – clerical e laica – e a popular representassem polos culturais distintos, não eram impermeáveis. Os membros do clero eram oriundos da sociedade laica, portanto, em seus primeiros anos conviviam com a cultura vulgar, os leigos, por outro lado, não desconheciam a cultura clerical, da qual seguiam os ritos religiosos; a nobreza laica que emergiu e se projetou a partir do século XI, por sua vez, buscou nas tradições folclóricas os elementos constitutivos de sua cultura, para fazer frente à clerical (LE GOFF, 1993, p. 216).

Estas interrelações e permeabilidades culturais são próprias de sociedades heterogêneas, formadas por várias camadas de populações de origem diferentes. A exemplo do que aconteceu na Europa ocidental, a empresa colonizadora implementada pelos europeus, a partir do século XVI, no chamado novo mundo, também reuniu, nos vastos territórios das colônias, populações de origem diversa, a saber, os povos nativos, os invasores europeus e os povos africanos escravizados. Dessa confluência de culturas dessemelhantes, sob a pressão hegemônica da cultura eurocêntrica, vai se formar o que hoje denominamos de cultura brasileira, expressa em uma língua portuguesa com características próprias.

4 FILOLOGIA E ESTUDOS MEDIEVAIS NO BRASIL: INTERFACES E INTERLOCUÇÕES

Os estudos filológicos renovados pelas perspectivas epistemológicas que expandem o conceito de cultura e dão relevo às diversas formas de expressão de uma dada sociedade assumem um importante papel nas pesquisas na área das Letras na atualidade. No âmbito dos estudos da língua, temos o advento da Linguística moderna que exclui o ponto de vista normativo, realça a modalidade falada e valida todas as variações de uma língua como cientificamente relevantes. Em lugar das gramáticas normativas que tomam como parâmetro a língua estilizada dos autores portugueses e dos escritores canônicos brasileiros, as pesquisas na área da língua portuguesa no Brasil, a partir de meados do século XX, vão tentar entender as especificidades da língua vernácula, as variações diatópicas, diastráticas, diafásicas, além das diacrônicas.

Os estudos literários, por sua vez, admitem como objeto de investigação a literatura não canônica, a produção literária dos grupos marginalizados, da minorias, dos dissidentes. Os modelos canônicos são relativizados pelos modelos forjados nas novas estruturas sociais, que expressam diferentes visões de mundo. Ressalte-se que emerge, também, o interesse pelo escrito não literário, os documentos históricos, preservados nos acervos civis, militares e eclesiásticos, os impressos do cotidiano, jornais, revistas, suplementos e toda sorte de textos, inclusive os inéditos,

os incompletos, tudo que revele aspectos do espírito da sociedade atual ou de épocas passadas passam a ser do interesse do filólogo.

É fato que a cultura medieval influenciou a nossa literatura canônica, mas provavelmente onde sua influência é mais vigorosa é na popular¹¹. Decorrentes da já mencionada permeabilidade das culturas erudita e popular no medievo, encontramos no Brasil rural e interiorano uma série de narrativas que derivam do romanceiro tradicional europeu e, no Nordeste, destaca-se, especialmente, o ibérico. Os temas são diversos, mas predominam os fragmentos das epopeias medievais que foram conservadas na memória popular. São cantados e recitados durante o trabalho ou nos momentos de lazer e descanso¹². Trata-se de uma literatura predominantemente oral, mas que pode, eventualmente, ganhar assento em folhas volantes. O trabalho de recolha do cancionero popular é uma atividade que cabe no escopo de atuação da filologia, pois estaria no que Lausberg (1994) definiu como tarefa básica do filólogo, que consiste em salvaguardar os textos da destruição material, o que inclui também os produzidos por sociedades/comunidades ágrafas.

Esse olhar para as especificidades da cultura nacional não prescinde do conhecimento da história dos povos que originaram nossa sociedade. E é nesta perspectiva que importa o conhecimento da Idade Média europeia, indispensável para entender uma parte de nossas heranças culturais. A herança europeia se manifesta de forma mais clara na língua vernácula. Falamos a língua portuguesa, que embora hoje se afaste bastante do português europeu, possui uma série de características decorrentes de sua romanidade.

Para traçar essa história da língua, o linguista necessita constituir seu *corpus*, a partir de edições confiáveis, obtidas a partir de critérios de transcrição rigorosos, o que, necessariamente, implica na atuação prévia do filólogo, que, evidentemente, pode ser o próprio linguista. Embora se possa empreender estudos linguísticos de textos literários, ao estudioso da língua interessa, sobretudo, os não literários, que de algum modo refletem a língua menos elaborada do ponto de vista estético, menos estilizada, e mais próxima do uso efetivo nas relações institucionais e sociais diversas. Para melhor entender a história da língua, além da diversidade de gêneros textuais, faz-se necessário considerar como *corpus* textos oriundos de acervos de diferentes instituições e de estratos sociais diversos. Nesse sentido são indispensáveis os estudos e edições de documentos não literários, jurídico-notarial, particulares e oficiais, cartas, atas, relatórios, notícias etc.

Na periodização da língua portuguesa, o século XVI é referido como marco inicial de uma nova fase, normalmente denominada clássica. Toma-se como baliza o fato de que, na primeira metade deste século, inicia-se o processo de normatização da língua, com a publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Destaque-se, no entanto, que a cultura livresca estava restrita a uma parcela ínfima da população, formada por clérigos e pessoas que formavam os quadros administrativos da corte e da direção da colônia. Parte considerável desses letrados, não dominava plenamente a escrita, de sorte que os textos por eles produzidos oferecem uma gama de oscilações muito próxima das variantes da escrita medieval. Quanto mais inábil a

¹¹ O escritor Ariano Suassuna é provavelmente o expoente desta atenção às raízes da cultura popular de origem ibérica nas manifestações culturais brasileiras e, em especial, no Nordeste. Em suas obras predominam os temas e os personagens oriundos desse rico manancial cultural. Seu propósito de criar uma arte erudita a partir da popular se constituiu em um movimento que ele denominou de Armorial.

¹² Na UFBA, as professoras Doralice Alcoforado e Maria del Rosário Albán desenvolveram o Projeto de Estudo e Pesquisa da Literatura Popular (PEPLP), desenvolvido em três etapas, a primeira, realizada na capital, o Romanceiro Tradicional em Salvador, a segunda, o Romanceiro Galego na Bahia e, por último, a realizada no interior, denominada Em busca do Romanceiro (ALCOFORADO; ALBÁN, 1996, p. 14).

mão que escreve, mais se fazem presentes as variações gráficas e ficam mais evidentes os traços da oralidade¹³.

Como exemplo de pesquisa referente à história da língua portuguesa, tomemos como exemplo a desenvolvida pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva¹⁴, suas investigações focaram as origens da língua, na Idade Média, e a constituição histórica do português no Brasil. Entender as mudanças da língua ao longo do tempo implica em ter como ponto de partida os estados do passado. Para sua descrição do português arcaico, Rosa Virgínia Mattos e Silva tomou como *corpus* principal, inicialmente, os Diálogos de São Gregório¹⁵, portanto, um texto oriundo do espaço eclesiástico, mas ampliou com documentos não literários de diferentes gêneros. Em se tratando do português brasileiro, o *corpus* utilizado ampliou-se e incluiu, sobretudo, os documentos pertencentes a acervos públicos e privados do Brasil colonial.

Os acervos eclesiásticos são espaços privilegiados para o acesso dos filólogos e linguistas aos documentos do Brasil Colonial. Mosteiros, sés, igrejas, conventos e irmandades serão responsáveis pela produção e conservação de uma série de documentos, cuja edição ajuda a revelar aspectos relevantes da história social, religiosa, política e cultural da época.

Conforme destacam Lose e Mazzoni, “Até a instalação do padroado, os monarcas tinham domínio de administrar sobre assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa. Assim muitos aspectos do governo civil terminavam se misturando com assuntos dos eclesiásticos.” (LOSE; MAZZONI, 2012, p. 186). Tomemos como exemplo dois acervos nos quais trabalharam Lose e Mazzoni, o da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e o do Mosteiro de São Bento da Bahia. Além do patrimônio librário, ambos os acervos guardam uma quantidade considerável de documentos manuscritos, em diferentes estados de conservação, mas de valor linguístico e cultural relevantes. Sobre os acervo documental da Igreja da Conceição da Praia, Lose e Mazzoni informam “há muitos documentos manuscritos, muitos dos quais encadernados, em geral relacionados à vida cotidiana da Irmandade, Livros de Tombo, Atas de reunião da Irmandade desde o século XIX e Livros de Notas.” (LOSE; MAZZONI, 2012, p. 192).

Quanto ao Mosteiro de São Bento, destaca-se o fato de que foi a primeira ordem religiosa a se estabelecer no novo mundo, mais precisamente em 1582, quando os primeiros monges chegaram à Bahia, sua história está intrinsecamente ligada à da cidade e da província da Bahia, bem como do Brasil. O acervo documental preservado pelos monges tem como obras centrais seis Livros do Tombo, que conservam escrituras, despachos, trocas, quitações reconhecimentos, títulos de terras, posses de terras, petições. Publicados em edições semidiplomáticas, realizadas por um grupo de filólogos integrantes dos grupos de pesquisa liderados pelas Lose e Telles,

¹³ Consulte-se o trabalho de Telles (2016, p. 195-240).

¹⁴ A professora e pesquisadora Rosa Virgínia Mattos e Silva é reconhecida internacionalmente como uma das mais eminentes pesquisadoras da história da língua portuguesa, no âmbito da România e do Brasil.

¹⁵ Rosa Virgínia Mattos e Silva publicou em 1989, pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Lisboa, o livro *Estruturas Trecentistas*, que consiste no estudo descritivo da língua portuguesa dos trezentos, estudo iniciado durante o doutorado, realizado na USP, sob a orientação de Isaac Nicolau Salum, quando editou os Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório. A descrição iniciada no doutorado foi ampliada e concluída durante a pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Celso Cunha. A professora Rosa Virgínia, como costumávamos chamá-la, explica que o “objetivo inicial da pesquisa foi o de ampliar técnicas de análise descritiva de uma sincronia não-contemporânea, com vistas a ter-se sobre um corpus da fase arcaica da língua uma gramática estruturada que contivesse uma informação sistemática e exaustiva, que poderia vir a servir como ponto de referencia para estudos de história da Língua Portuguesa.” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 10).

disponíveis em uma luxuosa edição de 2016¹⁶. O acervo documental do Mosteiro de São Bento que se encontra editado e acessível a um público mais amplo contribui para o conhecimento da história baiana e brasileira, além de serem fontes preciosas para o estudo da língua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, pretendemos refletir sobre a relação entre os Estudos Filológicos e os Estudos Medievais no Brasil, com foco nas pesquisas realizadas nestas áreas na Bahia. O ponto de vista proposto foi a atualidade, com foco nas pesquisas que giram em torno do pensamento contemporâneo e transdisciplinar. Nosso retorno à Filologia tem o objetivo de atualizá-la, rediscutir seu papel no mundo moderno e, por fim justificar sua permanência no rol das ciências na contemporaneidade. Num mundo cada vez mais veloz, em que os fatos matinais se tornam obsoletos ao meio-dia, é preciso estar sempre reafirmando a plausibilidade de nossa existência.

O presente tão complexo e tão plural, a fascinação pelo instantâneo e pela *selfie* absorve todos de tal maneira que não se tem consciência de nossa historicidade. O culto à juventude, o fascínio pela tecnologia, pela novidade, não nos permite perceber que vivemos num contínuo histórico, mediados por estruturas ideológicas explícitas ou implícitas, que determinam nossos valores, nossas crenças e nossos padrões estéticos. Para compreendermos esse agora precisamos fazer um esforço de distanciamento. O passado importa à medida que pode nos ajudar a compreender melhor nosso presente e nos instrumentaliza para traçar rumos, projetar empresas futuras.

As pesquisas empreendidas nos arquivos do Brasil colonial, nos arquivos públicos e particulares, mas, sobretudo, nos acervos de instituições eclesiásticas, pressupõem um conhecimento prévio do medievo. Estas instituições se originaram na Europa medieval e foram transplantadas para o novo mundo. É certo que aqui sofreram adaptações em face das especificidades da sociedade em que foram inseridas, mas na essência eram instituições cristãs, organizadas sob forte hierarquia, imbuídas de caráter civilizador, ordenador e, acima de tudo, cristianizador. Sabe-se que as instituições religiosas foram as principais responsáveis pela educação na colônia e, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, padres, freiras e monges continuaram exercendo importante papel na educação na sociedade brasileira.

O acesso a esses documentos proporcionará conhecermos melhor a história da língua vernácula, que, do ponto de vista da romanidade, é uma herança das variantes portuguesas que atravessaram os mares durante o período colonial. E embora teoricamente a língua trazida para o novo mundo tenha sido a falada no século XVI, ela não era exatamente a língua dos eruditos, mas a dos aldeões, camponeses e pessoas iletradas, falantes de diferentes dialetos portugueses, muitos de cariz arcaizante. Isolados em um espaço mais dilatado, essa língua sofreu mudanças lentas e graduais, no contato com as outras línguas faladas pelos povos autóctones e pelos africanos, e se transformou na língua nacional.

¹⁶ Em 2016, foi lançada uma edição de luxo dos seis Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, sob a coordenação da filóloga Alcília Duhá Lose e de dom Gregório Paixão.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier; ALBÁN, Maria del Rosário Suárez (org.). **Romanceiro ibérico na Bahia**. Salvador: Universitária, 1996.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Trad. de Liz Silva. 2ª ed. tradução revista. Lisboa: Edições 70, 1998.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª ed. rev. e ampl. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAUSBERG, Heinrich. **Linguística românica**. Trad. Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Trad. Manuel Ruas. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1995. v. 1.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Trad. Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LOSE, Alcía Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac. Arquivos eclesiásticos: a Filologia como porta de entrada. In: TELLES, Célia Marques Telles; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). **Filologia, críticas e processos de criação**. Curitiba: Appris, 2012. p. 185- 200.
- LOSE, Alcía Duhá; PAIXÃO, dom Gregório OSB. **Coleção dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: Memória e Arte, 2016. v. 5.
- MACEDO, José Rivair de; MONGELLI, Lênia Márcia. **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**. Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- SANTOS, Rosa Borges dos. Por que ensinar filologia nos cursos de Letras? Língua, Literatura e Cultura. Construção de identidades e relações de poder. In: ALMEIDA, A. A. D.; ZOGHBI, D. M. O.; SANTOS, E. S. (Org.). **Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 55-62.
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- TELLES, Célia Marques. A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico. In: **Estudos**, Salvador, v. 21-22, 1998, p. 39-58.
- TELLES, Célia Marques. A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico. In: ALMEIDA, A. A. D. et al. **Estudos Filológicos: Linguística Românica e Crítica Textual**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 241-258.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.